



Demonstrações Financeiras

2023



BALANÇO - 2023

(euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12 488 715,78	12 075 613,33
Ativos intangíveis	3	51 476,04	92 993,76
		12 540 191,82	12 168 607,09
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	85 424,10	105 503,04
Clientes, contribuintes e utentes	18	175,00	
Estado e outros entes públicos	18	337 505,02	184 590,37
Outras contas a receber	18	732 908,20	522 937,21
Diferimentos	18	6 762,20	5 170,14
Caixa e depósitos	1.2	2 543 222,02	3 056 661,70
		3 705 996,54	3 874 862,46
Total do ativo		16 246 188,36	16 043 469,55
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		1 777 418,77	1 777 418,77
Reservas			
Resultados transitados		4 794 507,11	3 801 476,33
Outras variações no património líquido		7 981 950,26	8 405 927,50
Resultado líquido do período		-255 474,11	993 030,78
Total do património líquido		14 298 402,03	14 977 853,38
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	474 681,86	474 681,86
Outras contas a pagar			
		474 681,86	474 681,86
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	326 868,98	91 148,70
Fornecedores	18	366 447,34	
Estado e outros entes públicos	18	90 495,07	
Fornecedores de investimentos	18	92 436,31	
Outras contas a pagar	18	596 856,77	499 785,61
		1 473 104,47	590 934,31
Total do passivo		1 947 786,33	1 065 616,17
Total do património líquido e do passivo			
		16 246 188,36	16 043 469,55

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	3 041 998,59	2 762 878,84
Vendas	13		
Prestação de Serviços	13	116 353,23	108 671,93
Transferências correntes e subsídios à Exploração obtidos	14	4 283 020,29	4 772 559,09
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	23	(2 346 680,03)	(2 330 556,88)
Gastos com o pessoal	19	(3 328 367,26)	(2 881 649,49)
Transferências e subsídios concedidos	23	(876 255,91)	(1 094 926,59)
Prestações Sociais	23	(42 588,82)	(28 516,61)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	14	497 770,50	477 614,14
Outros gastos	23	(664 625,61)	(2 474,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		680 624,98	1 783 600,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(936 099,09)	(790 569,64)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(255 474,11)	993 030,78
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(255 474,11)	993 030,78
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(255 474,11)	993 030,78

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		116 178,23	106 752,93
Recebimentos de contribuintes			
Recebimento de transferências e subsídios correntes		7 324 031,53	7 485 271,85
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-2 538 998,56	-2 746 529,66
Pagamentos ao pessoal		-2 921 263,50	-2 702 946,23
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-831 258,28	-1 080 729,28
Pagamento de prestações sociais		-42 588,82	
Caixa gerada pelas operações		1 106 100,60	1 061 819,61
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		564 279,82	8 556,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 670 380,42	1 070 375,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	2 209 288,51	606 281,38
Activos intangíveis	-	1 464,00	
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		18 338,25	
Transferências de capital		10 325,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 182 089,26	-606 281,38
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	1 730,84	
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 730,84	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-513 439,68	464 094,48
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 056 661,70	2 592 567,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 543 222,02	3 056 661,70
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 056 661,70	2 592 567,22
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 056 661,70	2 592 567,22
De execução orçamental		3 015 161,70	2 552 635,39
De operações de tesouraria		41 500,00	39 931,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 543 222,02	3 056 661,70
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 543 222,02	3 056 661,70
De execução orçamental		2 488 060,02	3 015 161,70
De operações de tesouraria		55 162,00	41 500,00

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Capital/ Patrimônio realizado	Outros Instrumentos de capital Próprio	Reservas Legais	Reservas decorrentes das transferências de ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajust. Em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1 777 418,77					3 801 476,33			8 405 927,50	993 030,78	14 977 853,38		14 977 853,38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respectivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							993 030,78			769,16	-993 030,78	769,16		-424 746,40
	(2)						993 030,78			-423 977,24	-993 030,78	-423 977,24		-423 977,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												-255 474,11		-255 474,11
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							993 030,78			-423 977,24	-993 030,78	-679 451,35		-679 451,35
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/patrimônio														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		0,00								0,00		0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		1 777 418,77					4 794 507,11			7 981 950,26	0,00	14 298 402,03		14 298 402,03



Anexo às Demonstrações Financeiras

2023



Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILISTICO	2
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO	2
1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	3
2.1. BASES DE MENSURAÇÃO	3
2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	3
3. ATIVOS INTANGÍVEIS	4
3.1. QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	4
3.2. VARIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA, DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	4
3.2. (A) ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES	5
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5
5.1. Ativos Fixos Tangíveis – Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	7
5.2. Ativos Fixos Tangíveis – Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período	7
5.2. (A) Ativos Fixos Tangíveis – Adições	7
5.3. Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições	8
13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	8
14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	9
14.1. Divulgação das classes de Rendimentos sem contraprestação:	9
15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	10
15.1. PROVISÕES	10
16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO	12
17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	12
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13

18.1.	QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	13
19.	BENEFICIOS DE EMPREGADOS	14
20.	DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	15
23.	OUTRAS DIVULGAÇÕES	15
23.1.	Outros Gastos	15
23.2.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	16
23.3.	SUBSIDIOS CONCEDIDOS	16

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM;

Endereço: Caminho do Pináculo, nº14, São Gonçalo – 9060 – 236 – Funchal

Código da classificação orgânica: 46

Tutela: Secretaria Regional da Saúde

O Serviço de Regional Proteção Civil, IP-RAM, abreviadamente designado por SRPC, IP-RAM, foi criado em 2009, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho em sequência da extinção do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira. É um instituto público integrado na administração indireta da Região, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É um organismo com jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira e tem sede no Funchal.

O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho e suas alterações posteriores referem que o SRPC, IP-RAM tem por missão prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens. São ainda atribuições genéricas do SRPC, IP-RAM orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção civil e socorro.

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8/2010/M, de 26 de maio, 12/2013/M, de 25 de março e n.º 17/2022/M, de 01 de agosto, consubstanciada através da Portaria Conjunta n.º 247/2022, de 18 de maio, que aprova os estatutos do Serviço Regional de proteção Civil, IP-RAM.

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelos Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa quer a imagem verdadeira e apropriada quer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Valores de Caixa e depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a desagregação dos saldos de Caixa e depósitos bancários era como se segue:

(euros)		
Conta	2023	2022
Caixa	-	-
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no tesouro	2 543 222,02	3 056 661,70
Depósitos bancários à ordem		-
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e caucões		
Total	2 543 222,02	3 056 661,70

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Bases de mensuração

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Vidas úteis e taxas de depreciação aplicado

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

3.1. QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

(euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	1	2	3	4 = 1 - 2 - 3	5	6	7	8 = 5 - 6 - 7
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	60 293,35	37 882,17		22 411,18	61 493,35	46 853,85		14 639,50
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	134 983,40	80 541,82		54 441,58	134 983,40	114 287,86		20 695,54
Ativos intangíveis em curso	16 141,00			16 141,00	16 141,00			16 141,00
Total	211 417,75	118 423,99		92 993,76	212 617,75	161 141,71		51 476,04

3.2. VARIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA, DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

(euros)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Abates	Amortizações do Período	
	1	2	3	4	5	10 = 1+2+3-4-5
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação	22 411,18	1 200,00			8 971,68	14 639,50
Propriedade industrial e intelectual						
Outros	54 441,58				33 746,04	20 695,54
Ativos intangíveis em curso	16 141,00					16 141,00
Total	92 993,76	1 200,00			42 717,72	51 476,04

3.2. (A) ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

(euros)

Rubricas	Adições							
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou perdido a favor	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	1	2	3	4	5	6	7	1+2+3+4+5+6+7
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação		1 200,00						1 200,00
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total		1 200,00						1 200,00

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade

acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do Bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b. Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2), exceto, para os bens objeto de cedências temporárias a entidades terceiras, os quais são depreciados durante o período de cedência desde que o referido período de cedência seja superior à vida útil máxima constante do referido classificador.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do período.

c. Vidas úteis ou taxas de depreciação

As vidas úteis ou taxas de depreciação são definidas em conformidade com o período de vida útil máximo constante no “Classificador Complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento”, do SNC-AP (CC2), exceto, para os bens objeto de cedências temporárias a entidades terceiras, os quais são depreciados durante o período de cedência desde que o referido período de cedência seja superior à vida útil máxima constante do referido classificador.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do período.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas a data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo

fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia aquisição.

5.1. Ativos Fixos Tangíveis – Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	1	2	3	4 = 1-2-3	5	6	7	8 = 5-6-7
ATIVOS TANGÍVEIS								
Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural								
Edifícios e Outras Construções	10 769 721,02	1 093 254,83		9 676 466,19	10 847 376,47	1 246 711,33		9 600 665,14
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções					5 288,70			5 288,70
Equipamento básico	1 295 727,02	760 047,03		535 679,99	1 519 762,09	1 023 463,50		496 298,59
Equipamento de transporte	3 975 289,61	2 636 841,72		1 338 447,89	4 874 789,61	3 149 633,03		1 725 156,58
Equipamento administrativo	360 293,19	334 480,31		25 812,88	377 894,51	333 972,79		43 921,72
Outros	407 859,14	399 973,22		7 885,92	475 655,13	349 590,54		126 064,59
Ativos fixos tangíveis em curso	491 320,46			491 320,46	491 320,46			491 320,46
Total	17 300 210,44	5 224 597,11	0,00	12 075 613,33	18 592 086,97	6 103 371,19	0,00	12 488 715,78

5.2. Ativos Fixos Tangíveis – Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 = 1+2-3+4+5-6+7+8-9
ATIVOS TANGÍVEIS										
Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural										
Edifícios e Outras Construções	9 676 466,19	77 655,45					153 456,50			9 600 665,14
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções		5 288,70								5 288,70
Equipamento básico	535 679,99	870 718,53	-101 343,17				180 813,27		627 943,49	496 298,59
Equipamento de transporte	1 338 447,89	901 750,00					512 791,31		2 250,00	1 725 156,58
Equipamento administrativo	25 812,88	28 644,11	254,50				10 789,77			43 921,72
Equipamentos biológicos										0,00
Outros ativos fixos tangíveis	7 885,72	52 620,72	101 088,67				35 530,52			126 064,59
Ativos fixos tangíveis em curso	491 320,46	0,00								491 320,46
Total	12 075 613,13	1 936 677,51	0,00	0,00	0,00	0,00	893 381,37	0,00	630 193,49	12 488 715,78

5.2. (A) Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o SRPC, IP-RAM adquiriu equipamentos de proteção individual, de resgate e salvamento, bem como 9 ambulâncias de socorro e uma viatura ROV (Remote Operated vehicle) com o objetivo de dotar de meios o SRPC, IP-RAM bem como as várias corporações de bombeiros da RAM.

(euros)

Rubricas	Adições							
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou doação	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	1	2	3	4	5	6	7	8 = 1+2+3+4+5+6+7
ATIVOS TANGÍVEIS								
Bens do Domínio Público, património histórico, artístico e cultural								
Edifícios e Outras Construções		77 655,45						77 655,45
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções		5 288,70						5 288,70
Equipamento básico		870 718,53						870 718,53
Equipamento de transporte		899 250,00		2 500,00				901 750,00
Equipamento administrativo		28 644,11						28 644,11
Equipamentos biológicos								0,00
Outros ativos fixos tangíveis		52 620,72						52 620,72
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00						0,00
Total		1 934 177,51		2 500,00				1 936 677,51

5.3. Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes diminuições:

(euros)

Rubricas	DIMINUIÇÕES				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	1	2	3	4	5 = 1+2+3+4
ATIVOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico				627 943,49	627 943,49
Equipamento de transporte				2 250,00	2 250,00
Equipamento administrativo					0,00
Outros ativos fixos tangíveis					0,00
Ativos fixos tangíveis em curso					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	630 193,49	630 193,49

As diminuições respeitaram, essencialmente, a doações, a título definitivo, de vários equipamentos de proteção individual para combate a incêndios, compressores e equipamentos de salvamento e resgate, às várias corporações de bombeiros da RAM.

O valor líquido dos abates no período foi de apenas 403,29 euros.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Políticas e métodos usados

Vendas – O rendimento é reconhecido na demonstração de Resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante do rédito possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados

Prestação de Serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo;

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Quantia de cada Categoria de Rendimentos:

As vendas e prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam o seguinte detalhe:

(euros)		
Tipo de transação com contraprestação	2023	2022
Prestação de serviços		
Vistorias	87 807,98	91 737,73
Ensaio	28 545,25	16 934,20
Total	116 353,23	108 671,93

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. Divulgação das classes de Rendimentos sem contraprestação:

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no Património Líquido:

(euros)

Tipos de rendimentos	Rendimentos do período reconhecidos em	Património Líquido	Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
			Início do período	Fim do período	
Impostos, Contribuições e Taxas					
Impostos Diretos					
Impostos Indiretos					
Taxas de Seguros	3 041 998,59		217 331,37	240 000,00	
Outras Taxas					
Taxas de Seguros					
Transferências - RAM	4 169 409,97	10 325,00	304 037,67	491 340,03	
Subsídios Obtidos	113 610,32	18 339,16	105 502,94	85 424,10	
Legados, Doações		2 500,00			
Outros					
Subsídios ao Investimento - imputação de quota parte de amortizações	453 410,56				
Total	7 778 429,44	31 164,16	626 871,98	816 764,13	0,00

As “Transferências do Orçamento Regional” e as “Taxas de seguro” representam as principais fontes de rendimentos do SRPC, IP-RAM. Em 2023, as “Transferências do Orçamento Regional” permitiram contrabalançar, em especial, os gastos com o pessoal e a aquisição de prestação de serviços de meio aéreo para apoio a salvamento e combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira (RAM). Por sua vez, as taxas de seguro constituem também importantes fontes de rendimentos para assegurar as restantes despesas correntes de funcionamento dos serviços decorrentes da orgânica interna deste Instituto, atribuição de subsídios às várias corporações de bombeiros, formação e aquisição de meios para dotação das várias corporações dos bombeiros da região. (ver Nota 5)

O SRPC, IP-RAM, embora em valores muito inferiores, beneficiou de subsídios ao investimento e transferências de capital, na quantia total de cerca de 31 mil euros (16 mil euros em 2022), as quais foram classificadas no Património Líquido e transferidos para a rubrica de “outros rendimentos” da demonstração de Resultados pela quota parte das amortizações dos ativos subjacentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as transferências para rendimentos de subsídios ao investimento/transferências de capital atingiram a quantia de 453.411 euros e 435.271 euros, respetivamente.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- (i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- (ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;

(iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da obrigação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações na rubrica de provisões, mantendo-se o saldo constituído no ano de 2018.

(euros)

Provisões	31.12.2022	Aumento	Reversões	Utilização	31.12.2023
Impostos					
Contribuições					
Outros	474 681,86				474 681,86
Total	474 681,86	0,00	0,00	0,00	474 681,86

No exercício de 2018, foi constituída provisão para os gastos com a disponibilização de um meio aéreo, na Região Autónoma da Madeira, pela associação Nacional de Proteção Civil. Uma vez que não foi efetuado qualquer procedimento de contratação pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, encontra-se em processo de decisão qual a entidade responsável pelo respetivo pagamento. Até à data de emissão do presente Relatório de Contas ainda não tinha sido proferida qualquer decisão, sendo mantida a provisão para eventuais encargos.

Durante o exercício de 2023 foram obtidas as sentenças dos dois processos iniciados em 2021, que se encontravam em curso, sendo uma decisão favorável e outra desfavorável, sem que desta última tenha resultado qualquer indemnização fixada pelo Tribunal, a saber:

Processo Judiciais Resolvidos:

1. Processo nº 298/21.OBEFUN

Ação de contencioso pré-contratual instaurada pela Babcock Mission Critical Services Portugal, Unipessoal, Lda. e Babcock Mission Critical Services España SAU no âmbito da qual é peticionada a anulação do ato de adjudicação do concurso público internacional n.º 2/2021 do SRPC, IP-RAM para aquisição de serviços de locação de um meio aéreo (helicóptero ligeiro) para combate a incêndios florestais;

O Tribunal Central Administrativo Sul, por sentença de 29 de junho de 2023, julgou a ação totalmente improcedente, absolvendo as RR de todos os pedidos e negou o reenvio prejudicial para o TJUE.

2. Processo n.º 39/21.2 BEFUN

Trata-se de processo de contencioso pré-contratual (urgente, nos termos da lei), que surge na sequência da exclusão, em concurso público destinado à aquisição de 12 ambulâncias de tipo B, da proposta de uma das empresas concorrentes – a FUTURVIDA – Fabricação de Veículos Especiais, Lda. (“Futurvida”) –, tendo

o valor da ação sido fixado em 606.000,00 € (seiscentos e seis mil Euros). A ação foi proposta pela referida Futurvida, sendo entidades demandadas o SRPC, IP-RAM e a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e contrainteressada a empresa Emertech Project – Transformação de Viaturas, Lda. (empresa à qual foi adjudicado o contrato). A petição inicial deu entrada no TAF do Funchal em 17.02.2021.

Realizou-se a audiência prévia e a audiência de julgamento, tendo sido proferida sentença, em primeira instância (datada de 14 de dezembro de 2021), a qual julgou a “ação procedente e, consequentemente, [determinou a anulação de] todos os atos procedimentais praticados com base no artigo 6.º, n.º 3, al. h) do programa do procedimento, com todas as consequências legais.”

Não se conformando com a decisão proferida em primeira instância, as entidades demandadas (SRPC, IP-RAM e Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil) interpuseram, em 18.01.2022, recurso da mesma para o Tribunal Central Administrativo Sul. Em 16.02.2022, a recorrida (Futurvida) apresentou as suas contra-alegações. O recurso foi admitido por despacho de 01.03.2022 do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal e remetidos os autos ao Tribunal Central Administrativo Sul.

O Tribunal Central Administrativo Sul, por sentença de 13 de julho de 2023, negou provimento ao recurso, e, em consequência, manteve a decisão recorrida. Atendendo a que o contrato ainda não se encontra executado e foi considerado nulo, O SRPC, IP-RAM, terá de reiniciar o processo de contratação pública, não tendo sido fixado qualquer valor de indemnização.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem saldos e não ocorreram transações em moeda diferente da moeda funcional (Euro).

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 22 de abril de 2024 pelo Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP RAM.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstrem evidência de condições que já existiam à data do mesmo, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do referido com natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Instituto quando este se torne uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultariam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os instrumentos financeiros incluídos nas presentes demonstrações financeiras, apresentam maturidade de curto prazo e sem vencimento de juros, pelo que se encontram mensurados pelo custo menos perdas por imparidade acumuladas.

18.1. QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023, as categorias de ativos e passivos financeiros, são detalhadas conforme se segue:

(euros)

Ativos e Passivos Financeiros	Quantia Escriturada Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada Líquida
Ativos Financeiros			
Devedores por transferências de subsídios reembolsáveis	85 424,10		85 424,10
Clientes, utentes, contribuintes	175,00		175,00
Estado e Outros Entes Públicos	337 505,02		337 505,02
Outras contas a receber	732 908,20		732 908,20
Acrésc. de Rendimentos - Transferências Governo RAM	491 340,03		491 340,03
Taxas de Seguro	240 000,00		240 000,00
Outros	1 568,17		1 568,17
Diferimentos	6 762,20		6 762,20
Depósitos bancários	2 543 222,02		2 543 222,02
Total	3 705 821,54	-	3 705 821,54
Passivos Financeiros			
Provisões	474 681,86		474 681,86
Fornecedores	366 447,34		366 447,34
Estado e Outros Entes Públicos	90 495,07		90 495,07
Credores por transf. subsídios não reembolsáveis concedidos	326 868,98		326 868,98
Fornecedores de Investimentos	92 436,31		92 436,31
Outras Contas a Pagar	596 856,77		596 856,77
Acrésc. de Gastos - Remunerações a liquidar	375 598,86		375 598,86
Outros Acrésc. De Gastos - Serviços especializados	166 095,91		166 095,91
Cauções	55 162,00		55 162,00
Total	1 947 786,33	-	1 947 786,33

O saldo da rubrica “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos” respeita a valores a regularizar junto do Governo Regional da Madeira, e IQP – Instituto de Qualificação Profissional, nos montantes de 305.193€ e 21.675,93€, respetivamente. Estes montantes respeitam a valores de IVA recuperados ao abrigo do Decreto-Lei nº 84/2017, e que foram inicialmente financiados pelas Entidades atrás mencionadas.

19. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao Serviço do Instituto foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram os que a seguir se apresentam:

(euros)

Tipo de Rendimentos	2023	2022
Gastos com o Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	195 103,67	36 536,63
Remunerações do Pessoal	2 574 540,36	2 409 475,58
Encargos sobre Remunerações	477 023,71	418 089,10
Outras Remunerações	81 699,52	17 548,18
Total	3 328 367,26	2 881 649,49

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave de Gestão:

(euros)

Conselho Diretivo		Início Funções	Fim de Funções	Remuneração Base	Subsídio de Férias/ Natal	Despesas de Representação	Total Líquido
Presidente	- António José Mendes Nunes	01/01/2022	-	46 717,20	7 786,20	9 733,92	62 361,94
Vogal	- Marco Aurélio Fernandes Lobato	01/03/2022	-	39 329,61	6 618,28	6 962,66	52 910,55
Total				86 046,81	14 404,48	16 696,58	115 272,49

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Outros Gastos

Os outros gastos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram os que a seguir se apresentam:

(euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	2023	2022
Taxas	608,38	2 016,00
Abates	403,29	
Correção de Ex. Anteriores - Devolução de transferências e subsídios obtidos	33 823,74	458,01
Donativos - Corporações Bombeiros	629 790,20	
Total	664 625,61	2 474,01

O aumento dos outros gastos no exercício de 2023 face ao período homólogo de 2022 ficou a dever-se à concessão de donativos a título definitivo de vários equipamentos de proteção individual no combate a incêndios a favor das várias corporações de Bombeiros, bem como outros que equipamentos de salvamento e resgate, cujo valor ascendeu a cerca de 630 mil euros.

23.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram os que a seguir se apresentam:

(euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2023	2022
621 - Subcontratos e Parcerias		
Tecnologias de informação e comunicação	10 725,00	15 379,51
Outros Subcontratos - Meio Aéreo	1 304 355,64	1 428 262,59
Subtotal	1 315 080,64	1 443 642,10
622 - Outros Fornecimentos		
Assistência Técnica	43 858,74	58 896,50
Conservação e Reparação	84 463,32	54 520,97
Outros trabalhos Especializados	56 744,27	87 336,15
Estudos, serviços Informática e Publicidade	44 936,10	48 354,77
Medicamentos e artigos para a saúde	19 100,80	65 152,15
Outros materiais	17 807,48	42 652,05
Água	20 199,74	13 997,10
Eletricidade	83 017,86	41 741,56
Outros Combustíveis	40 939,18	3 376,07
Deslocações e Estadas, Transportes	88 447,06	64 090,87
Rendas e Alugueres	17 940,63	
Artigos de Limpeza, higiene e conforto	43 846,09	51 190,15
Comunicação	60 183,78	18 107,85
Seguros	86 637,20	77 878,72
Outros serviços	323 477,14	259 619,87
Subtotal	1 031 599,39	886 914,78
Total	2 346 680,03	2 330 556,88

23.3. SUBSIDIOS CONCEDIDOS

Os subsídios concedidos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram os que a seguir se apresentam:

(euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	2023	2022
Instituições sem fins Lucrativos - correntes		
Associação de Bombeiros Voluntários Madeirenses	128 627,25	162 685,44
Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta	119 568,90	136 088,11
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Câmara de Lobos	79 228,75	113 770,11
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e Ponta do Sol	139 626,60	151 476,61
Associação de Bombeiros Voluntários de Santana	126 042,92	105 920,11
Associação de Bombeiros Voluntários de Porto Santo	1 146,70	16 602,22
Associação de Bombeiros Voluntários de S. Vicente e Porto Moniz	105 249,55	115 588,61
Câmara Municipal do Funchal	88 481,92	147 514,32
Município de Machico	64 177,15	96 426,79
Município de Santa Cruz	2 859,04	34 656,96
Cruz Vermelha - delegação da madeira	1 966,10	
Outras	19 281,03	14 197,31
Subtotal	876 255,91	1 094 926,59
Outras		
Empresa de Eletricidade da madeira - Tarifa Social	42 588,82	28 516,61
Subtotal	42 588,82	28 516,61
Total	918 844,73	1 123 443,20

Funchal, 22 de abril de 2024

Conselho Diretivo

Presidente

Assinado por: **ANTÓNIO JOSÉ MENDES NUNES**
Num. de Identificação: BI06592628
Data: 2024.04.29 19.07.30 GMT Daylight time

 **CHAVE MÓVEL** ndes Nunes

Vogal

Assinado por: **Marco Aurélio Fernandes Lobato**
Num. de Identificação: 10097394
Data: 2024.04.29 17:04:34+01'00'

Marco Aurélio Fernandes Lobato

Divisão de Gestão Financeira



Secretaria Regional
de Saúde e Proteção Civil



SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM

Caminho do Pináculo, nº 14, São Gonçalo, 9060-236, FUNCHAL

Telef: 291 700 110

Contribuinte N° 509 079 911

Email: srpc@madeira.gov.pt

Site Oficial: www.procivmadeira.pt